MASCULINIDADES NA CONSTRUÇÃO DO PODER: O CASO DOS DISCENTES GUINEENSES DA UNILAB-CE.

Ginelsa Nelson Vieira Té¹

Prof. Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira²

RESUMO

O presente artigo analisa a masculinidade como atributo à construção do poder no meio dos homens guineenses da UNILAB-CE. Paralelamente a isso, procuramos avaliar a necessidade de intensificar a promoção da equidade de gênero e da defesa dos direitos humanos, no sentido de orientar as/os guineenses quanto à necessidade de cumprimento das Leis e da criação de políticas públicas de inclusão social das minorias, em conformidade com os artigos 24º e 25º da Constituição da Guiné-Bissau, de dezembro de 1996. Esses artigos garantem que todas as pessoas gozam dos mesmos direitos, sem distinção de raça, sexo ou religião. A pesquisa é de caráter teórico-qualitativo, tendo sido utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão de literatura, entrevistas e análise de dados. Foram entrevistados estudantes guineenses da UNILAB, entre 27 e 29 anos de idade, dos cursos de Sociologia e Administração Pública. As entrevistas semiestruturadas objetivaram investigar se a educação familiar guineense corrobora a desigualdade de oportunidades políticas, econômicas e sociais entre homens e mulheres, buscando compreender como são constituídas as bases do poder nas formas sociais. Busca-se ainda analisar a disposição dos homens a contribuírem no processo de emancipação das mulheres guineenses: notadamente quanto aos seus modos de pensar e agir quanto ao poder e aos privilégios masculinos na base do sistema patriarcal. Os resultados obtidos nos possibilitaram chegar à conclusão de que o patriarcalismo foi herdado do colonizador e de que a divisão social do trabalho começa na vida familiar: na qual a maior parte das meninas seguem encarregadas das tarefas de casa e os meninos têm comumente mais privilégios (os quais lhes possibilitam mais fácil e livremente estudar e participar da vida pública).

Palavras-chave: Estudantes guineenses na UNILAB. Masculinidades positivas. Gênero e Educação.

ABSTRACT

This article analyzes masculinity as an attribute to the construction of power among Guinean men from UNILAB-CE. At the same time, we seek to assess the need to intensify the promotion of gender equality and the defense of human rights, in order to guide Guineans about the need to comply with laws and create public policies for the social inclusion of minorities, in accordance with articles 24 and 25 of the Constitution of Guinea-Bissau, of December 1996. These articles guarantee that all people enjoy the same rights, without distinction of race, sex or religion. The research is theoretical-qualitative, having used the following methodological procedures: literature review, interviews and data analysis. Guinean students from UNILAB, between 27 and 29 years old, from Sociology and Public Administration courses were interviewed. The semi-structured interviews aimed to investigate whether Guinean family education corroborates the inequality of political, economic and social opportunities between men and women, seeking to understand how the bases of power are constituted in social forms. It also seeks to analyze the willingness of men to contribute to the process of emancipation of Guinean women: notably regarding their ways of thinking and acting regarding male power and privileges on the basis of the patriarchal system. The results obtained allowed us to reach the conclusion that patriarchy was inherited from the colonizers and that the social division of labor begins in family life: in which most girls are in charge of household chores and boys usually have more privileges (which enable them more easily and freely to study and participate in public life).

Keywords: Guinean students at UNILAB. Positive masculinities. Gender and Education.

¹Discente do curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB.

² Orientador. Professor de Filosofia do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB-CE. Email: vitor@unilab.edu.br.

Data de Submissão e Aprovação 15/02/202

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi elaborado como trabalho de conclusão do curso de Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, e tem como problema central a compreensão das masculinidades na construção do poder: especificamente no caso dos homens guineenses da UNILAB. Objetiva entender a construção do poder masculino na sociedade supracitada, a partir do estudo realizado com alguns homens da comunidade guineense e que são estudantes de Graduação na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB-CE, situada no nordeste do Brasil, nos municípios de Redenção e Acarape.

A luta pela igualdade de gênero também é uma luta pela humanidade, por isso deveria ser abraçada e apoiada por todos, independentemente do gênero e/ou orientação sexual. No entanto, infelizmente em nossas sociedades muitas pessoas ainda acreditam que a igualdade não deve ser pensada como política ampla para as mulheres: que são as que sofrem a maior supressão de direitos, garantias e oportunidades na configuração de nossas sociedades patriarcais. Outros acreditam ainda que a igualdade nem deveria ser pensada, porque, segundo as suas concepções religiosas, as mulheres não podem se igualar com os homens, porque homens são chefes de família e protetores do lar, enquanto as mulheres são responsáveis apenas pelos afazeres domésticos e por cuidar das famílias.

Mesmo com todos os discursos desiguais direcionadas frequentemente às mulheres, ainda assim elas continuam a promover lutas, resistências e debates para discutir temas sobre direitos humanos, igualdade de gênero, combate às violências contra as mulheres e outros problemas sociais que afetam o cotidiano das mulheres nos diversos segmentos sociais.

Historicamente falando, a desigualdade de gênero começa na base familiar, e nas famílias guineenses isso é muito visível. Desde cedo, as mulheres são submetidas às tarefas de casa, enquanto os homens sempre têm mais privilégios quanto aos estudos e ao desfrute dos espaços públicos. Às vezes parece que a mulher é educada para obedecer ao marido. Essa hierarquização acaba transformando homens em dominadores, injustamente com base na subalternização das mulheres e limitação de seus espaços de decisão e atuação política e econômica, tanto no meio familiar assim como nos espaços públicos de tomadas de decisões.

Diante disso, procurei estudar a masculinidade na constituição do poder na sociedade guineense como forma de compreender a construção e a hierarquização social de gênero com base nos relatos dos jovens estudantes da UNILAB-CE. Esta temática me despertou a atenção desde o início da disciplina sobre Masculinidades Positivas, do Curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos. Isso porque as discussões sobre gênero ou a luta

por igualdade de direitos entre homens e mulheres ainda continuam sendo entendidas como um problema ou questão que afeta ou interessa somente às mulheres e a outros grupos sociais minorizados, não devendo ser vistas como algo de interesse dos homens.

Quanto aos objetivos específicos, o artigo pretende a) analisar a educação familiar na sociedade guineense e compreender a divisão social do trabalho entre homens e mulheres; b) compreender como se constitui e se hierarquiza o poder nessa sociedade em conformidade a critérios de gênero; c) analisar se há contribuição dos homens no processo de emancipação das mulheres guineenses, notadamente em relação aos seus modos de pensar e agir quanto à igualdade.

Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é de caráter qualitativa, tendo como material de análise livros, teses, dissertações, TCCs, artigos científicos e relatos dos jovens guineenses estudantes da UNILAB-CE. Por fim, o artigo foi dividido em dois tópicos, além da introdução e das considerações finais. Primeiro: gênero e masculinidade no contexto africano: um panorama geral. Segundo: Contribuição da formação acadêmica na minimização das desigualdades entre homens e mulheres guineenses.

REVISÃO DA LITERATURA

Gênero e Masculinidade no Contexto de alguns Países de África.

Estudar gênero e masculinidade no contexto africano requer a compreensão dos processos histórico-culturais de formação pré-colonial da maioria das sociedades do continente, articuladamente a seus desafios atuais. Sendo assim, é importante frisar que em diversas sociedades africanas anteriores ao período da dominação colonial a maioria das práticas socioculturais, entre múltiplos grupos étnicos e culturais, era baseada em tradições matrilineares.

Segundo Oyěwú mí (2004), em parte da etnia Yoruba, da Nigéria, a ordem social não se distingue por gênero ou sexo, porque a categoria esposa não é destinada só para as mulheres, os homens também podem ser esposas. Além disso, as pessoas não são distinguidas e/ou classificadas por gênero, mas sim entre “*oko* e *iyawo*, uma distinção entre aqueles que são membros de nascimento da família e os que entram pelo casamento” (OYĚWÚMÍ, 2004, p.6). Não se pode, além disso, perder de vista que as linhagens matrilineares são as legítimas herdeiras da tradição. A etnia pepel, da Guiné-Bissau, da qual faço parte, também é

matrilinear, é a mãe que tem poder de decidir sobre seus filhos(as), exatamente porque são de sua linhagem.

No entanto, a chegada dos povos europeus no continente africano - e, conseqüentemente, a implementação da escravidão e do colonialismo - influenciou a transformação hierárquica das tradições sociais e culturais de muitos povos e/ou grupos: que a partir de então passaram a seguir a lógica da constituição social baseada no patriarcalismo ocidental, como uma das formas de atender aos interesses dos colonizadores.

De fato, na sociedade ocidental, a família nuclear era constituída pelo pai, mãe e filho(as), o homem desempenhava papel de chefe da família e a mulher era reduzida à cuidadora da casa, dos filhos e do marido, diferentemente da composição tradicional da família na África, onde as mulheres eram e ainda são chefes das famílias e líderes de clãs e comunidades inteiras.

É importante lembrar que, conforme o escopo do processo de dominação colonial, o conceito de gênero, tal como o de raça, foi inicialmente usado para caracterizar grupos de plantas, animais e outros na taxionomia moderna, e que hoje, nas Ciências Sociais e Humanas, o gênero é considerado como uma categoria de análise para explicar as relações sociais de desigualdade, violência, dominação e injustiça entre as pessoas (conforme os critérios e atributos de masculinidade e feminilidade).

De acordo com Baticã (2015), ao longo dos diversos processos históricos, as “características de gênero foram moldadas por relações sociais, mudando com o tempo e variando de sociedade em sociedade” (BATICÃ, 2015, p. 06), isso devido às diversidades culturais de cada povo ou grupo social.

Hoje, modo geral, na África pós-colonial, os meninos e os homens são vistos como pessoas que carregam o peso da família ou de suas irmãs. Várias vezes nossos irmãos nos determinam horário de sair e voltar para casa na ausência do pai, porque o sexo feminino é considerado como sujeito passivo e obediente.

Para Nader e Caminoti (2014), “tanto a masculinidade quanto a feminilidade são socialmente construídas. Sobre o sexo biológico são criadas demandas culturais que indicam os papéis que devem ser desempenhados pelos gêneros masculino e feminino, bem como as relações que serão estabelecidas entre eles” (NADER E CAMINOTI, 2014, p. 12).

Tais constituições são determinantes em múltiplos contextos: religiosos, educacionais econômicos. Ao longo do processo histórico de colonização e assimilação ocidental, o cristianismo nos ensina que, segundo a bíblia, a mulher é a principal responsável pelas desgraças do pecado e pelas tragédias que se vive no mundo. A desobediência e a falha

originalmente da mulher teriam marcado a história das primeiras pessoas no mundo (Adão e Eva), segundo essa concepção religiosa do cristianismo. Essas outras narrativas religiosas de origem islâmica foram utilizadas como pretextos para legitimar discursos machistas e sexistas, que seguem inferiorizando as mulheres em sustentação à valorização de estruturais privilégios dos homens.

No que diz respeito à educação, na Guiné-Bissau, durante muito tempo, as mulheres foram proibidas de estudar ou de frequentar as escolas. Até antes da independência política do país, a maioria das pessoas que tinha acesso e o privilégio de estudar pertencia à elite da praça de Bissau, eram geralmente os filhos dos funcionários da administração colonial, e descendentes dos cabo-verdianos, que na época eram classificados como aliados do regime colonial na Guiné-Bissau.

Após a conquista da independência, o país criou várias políticas e projetos educacionais que visavam ampliar o acesso à educação para todos/as, sobretudo alfabetizando aqueles/as que não tiveram a oportunidade de ir à escola quando eram crianças (GOMES, 2021). Dentro desse quadro, Gomes (2021) ressalta ainda que as mulheres constituem até hoje a maior parte dessas pessoas não alfabetizadas.

Isso acontece pelos fatores históricos e culturais que proibiram as mulheres de frequentar as escolas. Hoje, as condições sociais e econômicas, ademais da sobrecarga de tarefas e trabalho, são os principais obstáculos para que elas tenham acesso à educação. O casamento forçado e precoce, entre os 15, 16, 17 anos de idade, a gravidez indesejada e o desemprego fazem com que as mulheres abandonem as escolas precocemente na Guiné-Bissau, principalmente as que são das zonas rurais do interior do país, como salientou Ocuni Cá (2008).

Na Guiné-Bissau, os fatores históricos, socioculturais e religiosos explicam de certa forma os desequilíbrios constatados entre as diferentes regiões. As evasões de certos grupos da população, sobretudo das meninas, não era novidade e constituíam o fraco desempenho escolar do ensino básico nessas localidades. No que diz respeito aos fatores históricos, na Guiné-Bissau, durante a ocupação colonial, a exclusão do processo educacional, motivo pelo qual não há até hoje uma cultura escolar que permita aos pais valorizar a escola e incentivar os filhos a ir às aulas (OCUNI CÁ, 2008, p. 212).

A educação, além de ser um direito humano universalmente garantido para todos/as, e assim reconhecido pela Constituição da República Guineense - que é país signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) - não pode ser mais dificultada a alguém apenas pelo fato de ser mulher. A sua oferta em diferentes países e localidades continua, contudo, sendo bastante desigual. É o caso da Guiné-Bissau, onde se constata um notável desequilíbrio de gênero em relação ao acesso e permanência nas escolas.

Definitivamente, a educação - como principal fator de transformação social e econômica - não deverá ser ausentada da luta contra as desigualdades sociais e de gênero, tornando-se imprescindível também no combate aos diversos tipos de violências, inclusive a doméstica, e contribuindo para a constituição de uma sociedade onde todos/as tenham vez e voz. A luta pelo acesso à educação é hoje uma das principais pautas dos movimentos das mulheres neste país, onde se luta por uma educação transformadora e inclusiva para todos/as, independentemente da etnia, do gênero, da origem ou da classe social (GOMES, 2021).

Por outro lado, Nah Dove - no seu livro sobre “Mulherisma africana: uma teoria afrocêntrica” - ressalta que a humanidade se iniciou na África, foi ali que se formaram várias sociedades matriarcais, mas que foram interrompidas pelo fluxo migratório dos povos do Norte (que dominaram e colonizaram este continente). Depois disso foi que o homem passou a ser o centro e detentor do poder político-econômico, ou seja, a masculinidade passou a ser o fator determinante nas relações sociais. A partir deste período, é que se torna possível observar que os trabalhos foram divididos entre os gêneros.

A divisão do trabalho com base no gênero é uma questão pensada para dividir papéis sociais, a partir de critérios essencialmente biológicos. Foi a partir dessa lógica, que não é endógena do continente africano, que os trabalhos das mulheres começaram a ser invisibilizados ante a forjada superioridade masculina.

Tomemos como exemplo as mulheres que participaram da luta de libertação nacional na Guiné-Bissau, as quais são pouco representadas na historiografia do país. Exemplos desse tipo são muitos em vários países do continente africano e no mundo afora, onde “o poder público vê quase sempre as mulheres numa lógica que as confina ao espaço doméstico e as considera basicamente com identidades relacionadas à maternidade, e quando estão fora de casa, como demandantes das ações comunitárias” (DUARTE, 2012, p.16). Já os homens, ao contrário disso, são classificados como trabalhadores provedores e chefes da família, exercendo as suas vidas e atividades fora do contexto doméstico, que é onde os efeitos da pobreza e da desigualdade são sentidos muito mais de perto pelas mulheres.

No que diz respeito à negociação de seus direitos e interesses, a situação das mulheres pobres é extremamente injusta. A responsabilidade no cuidado com as crianças, a desvantagem no mundo do trabalho remunerado, assim como sua vulnerabilidade física em relação à violência masculina são fatores que contribuem para conferir às mulheres uma escassa margem de negociação quando a seus direitos e interesses. Estas mulheres são ainda, severamente afetadas pelas condições precárias de vida em ambiente insalubre e poluído, devido às suas responsabilidades domésticas que exigem contato permanente e direto com problemas gerados pela escassez ou falta de serviços de água, esgoto, drenagem e coleta de lixo (MANFRINI, 2003, p. 02).

De fato, é com a modernidade colonial que se reproduzem os modelos segundo os quais são os homens os que ocupam os lugares de destaque em todas as áreas e instituições públicas e privadas, gozando dos privilégios de estudar, de alcançar melhores empregos em ternos econômicos e de governar o país.

Segundo Vieira Té (2018), em algumas famílias na Guiné-Bissau as meninas são orientadas, desde criança, a acreditar que alguns lugares só podem ser acessados e/ou dirigidos pelos homens. e elas deveriam se preocupar mais em aprender as tarefas domésticas: para que, no futuro, possam ser consideradas boas mães e esposas. Em decorrência disso, “os papéis e estereótipos de gênero constroem-se uns sobre os outros, e criam barreiras baseadas em gênero para realizar os direitos para meninas e rapazes” (BATICÃ, 2015, p.26).

O patriarcalismo e a masculinidade dos homens guineenses fazem, dessa forma, com que muitos acreditem até hoje que colocar comida na casa é dever exclusivo dos homens, e aqueles que não conseguem cumprir com esta suposta obrigação muitas das vezes são vistos como fracassados nos meios familiares, assim como na comunidade.

O que acontece diante disso é que muitas mulheres guineenses - com condições econômicas melhores do que a de seus maridos e companheiros para não constrangê-los e/ou humilhá-los publicamente preferem colocar todos os seus efeitos em nome do marido: como forma de manter aquele status que caracteriza os homens como chefes das famílias.

Também os meninos são muitas vezes repreendidos por não estar assumindo atitudes de masculinidade desde a infância. Para muitos pais deve-se ensinar desde pequeno o filho a desenvolver atitudes de imposição, autoritarismo, silenciamento das mulheres, machistas e sexistas. Segundo as concepções de muitos essas são verdadeiras atitudes dos homens.

A masculinidade, construída socialmente nos homens, possui um elemento chave que é a relação de poder que existe entre eles e as mulheres. O poder não é algo que uma pessoa ou um grupo possua, e sim uma relação que se estabelece entre dois polos. Para que a relação de poder seja efetivada, é necessário que exista um meio que a conduza, que pode ser ideológico, econômico ou coercitivo força (NADE e CAMINOTI, 2014, p. 06).

Partindo disso, a autora nigeriana Chimamanda Adichie Ngozi relata em sua história de vida que muitos se preocupam com ela: justamente por ser uma mulher feminista que luta contra a desigualdade de gênero e pelo empoderamento das mulheres, e também pela forma que analisa e interpreta as desigualdades entre homens e mulheres na Nigéria, concretamente na cidade de Lagos. Fatos como esses acontecem também na Guiné-Bissau, onde algumas ativistas que lutam contra as violências de gênero muitas das vezes são alvos das injúrias, violências físicas, ameaças machistas, intimidações, entre outros. Para alguns homens as lutas

das mulheres representam uma afronta às tradições e desrespeito às culturas religiosas que afirmam que as mulheres têm que obedecer aos homens e não querer igualar-se a eles.

Exemplo disso é o recente movimento *mindjer ika tambur*. Quando as feministas desse movimento começaram as suas postagens nas redes sociais contra a violência doméstica, entre 2020 e 2021, muitos homens se posicionaram contra e fizeram inúmeras piadas com o termo nas redes sociais. Isso só evidencia o quanto a emancipação constitui-se como uma das principais necessidades e motivação de luta social das mulheres na Guiné-Bissau.

Além disso, temos o mulherismo, ou a mulherisma, que é o conceito cunhado por Nah Dove: que visa interpretar as lutas das mulheres negras africanas diferentemente das concepções feministas das mulheres ocidentais. Ou seja, é uma luta baseada no feminismo decolonial e contra-hegemônico. Segundo Patricia Hill Collins (2017, p. 07), o “mulherismo oferece uma distância do “inimigo”, nesse caso, os brancos em geral, e contra as mulheres brancas em particular, mas ainda levanta a questão de gênero”, porque procura problematizar as mães negras que sofrem da opressão por parte das mulheres brancas, por serem empregadas delas, muitas das vezes sem ter tempo suficiente para cuidar dos seus próprios filhos(as), mas sujeitando-se a cuidar dos filhos das brancas em troca de poder sobreviver.

Por isso, as lutas das mulheres negras e africanas são diferentes das mulheres ocidentais, porque nos países africanos, como a Guiné-Bissau, o propósito das lutas das mulheres ainda é pela garantia dos direitos básicos da cidadania, como liberdade de expressão, de ir e vir, da educação, saúde e de oportunidade mínima nas instituições públicas e privadas. Alguns desses direitos parecem já ter sido conquistados pelas mulheres ocidentais, mas para as mulheres guineenses esse é ainda um desafio posto e longe de ser superado.

Formação Acadêmica como forma de diminuir as desigualdades entre homens e mulheres na Guiné-Bissau.

Como foi discutido anteriormente, às mulheres guineenses, até hoje, não lhes foi concedido o direito à educação formal (nas escolas) em condições de igualdade material com os homens. Mesmo assim, algumas conseguiram romper as barreiras culturais, sociais e religiosas, conseguindo estudar e formar-se como intelectual. Já se passaram dez legislaturas desde a realização da primeira eleição multipartidária de 1994, e, até aos dias atuais, só tivemos duas mulheres candidatas ao cargo da presidência da República.

A primeira foi a advogada Dr^a Antonieta Rosa Gomes, em 1994 e em 2005, e a segunda e última foi Francisca Maria Monteiro Silva Vaz (Zinha Vaz), em 2005. Ambas

foram alvo de muitos discursos machistas, sexistas e discriminatórios, unicamente pelo fato de serem mulheres que decidiram enfrentar e romper com o patriarcalismo e conservadorismo, candidatando-se a ser a alta mandatária do país.

Os homens, por sua vez, assumem quase todos os lugares de poder e comando. Diante disso, as mulheres também precisam disputar e ocupar esses espaços: mas, para isso, precisam ter mais oportunidades de estudar e se formar, porque a formação acadêmica é o suporte para o desenvolvimento das suas lutas políticas. Como ressaltou Godinho Gomes (2017), “a transformação cultural e a melhoria da condição feminina deveriam seguir um processo de mudança de mentalidades a nível social, tendo em conta as realidades étnica, política e social” (GOMES, 2017, p.80).

Na sociedade guineense, a discussão sobre os privilégios dos homens em detrimento aos direitos das mulheres ainda é muito fragilizada, porque “as meninas e mulheres são frequentemente alvos silenciados de violências baseadas no gênero. O problema é que isso também afeta rapazes e homens, especialmente aqueles que não se reportam às atitudes dominantes dos estereótipos masculinos” (BATICÃ, 2015, p.12).

Não há dúvida que a violência contra mulher é algo que deve ser combatido por todos, não apenas pelas mulheres, porque a extorsão física, moral, sexual, psicológica e patrimonial, que ocorre no âmbito doméstico, familiar, afetivo, profissional e institucional, interfere na liberdade de todas as mulheres e compromete toda a sustentabilidade social. No entanto, muitas vezes, o agressor é marido, filho, outro parente, ou ainda o patrão, por isso a denúncia é sempre dificultada.

De maneira condizente à estruturação e à manutenção dos efeitos do poder dos homens na comunidade guineense da UNILAB-CE, percebe-se a permanência de um maior número de homens em comparação ao de mulheres discentes. Podemos constatar isso através do grande número de homens aprovados em cada edital lançado pela universidade, de acordo com os dados de 2019 disponibilizados no atrigo do Eduardo Gomes Machado, Petima Mama Gomes e Regina Balbino da Silva, temos no total 483 estudantes da nacionalidade guineense, 147 mulheres e 336 são homens. Mesmo com a política de quotas para mulheres, e para cada mulher guineense existem quase três homens guineenses matriculados na UNILAB.

Essa desigualdade, em termos numéricos, nos faz refletir sobre a conjuntura das restrições quanto aos espaços de atuação das mulheres guineenses. A limitação em relação às suas participações nos campos político, educacional, econômico dentre outros faz com que seja muito mais difícil para elas, do que para eles, atravessar o Oceano Atlântico para chegar à UNILAB-CE. O que se percebe é que, mesmo na condição de alunas da UNILAB, as

desigualdades persistem, elas, muito mais do que eles, estão a enfrentar barreiras: “ser mãe e acadêmica significa ser resiliente e adaptar-se com muitas dificuldades à nova fase da vida e à realidade – da maternidade –, tendo que lidar com as duas funções: mãe e acadêmica, sendo, sobretudo, estrangeira, sem ter a família próxima para auxiliar em algumas funções” (DA COSTA, 2021)

A luta das mulheres guineenses contra o sistema patriarcal é, por isso, também demarcada nas histórias de resistência e persistência das estudantes da UNILAB. Há, de fato, uma emancipação muito significativa na vida das mulheres da referida comunidade, algumas já se candidataram aos cargos de direção da associação com os homens, ocuparam lugares nas mesas para debater assuntos ligados à Guiné-Bissau e ao povo guineense, entre outras conquistas. Isso mostra o quanto essas mulheres estão engajadas em trilhar caminhos de emancipação social junto aos homens, superando as barreiras de gênero e de outras desigualdades, que antes as impediam de estar nos lugares de tomadas das decisões.

De acordo com Godinho Gomes (2017), “o respeito pelos direitos das mulheres depende em grande medida da conscientização de que a sua emancipação e liberdade dependem, antes, delas próprias” (GODINHO GOMES, 2017, p.73). Por isso é fundamental a desconstrução das práticas que promovem e perpetuam as desigualdades entre homens e mulheres.

Nos últimos anos, têm sido positivamente intensificadas as campanhas contra a violência baseada no gênero, potencializadas pelo movimento intitulado *mindjer ika tambur*, que está desenvolvendo trabalhos de grande importância: sobretudo no que diz respeito ao combate às diversas formas de violências contra as mulheres. O movimento foi fundado no dia 07 de dezembro de 2020, depois de uma campanha das ativistas feministas guineenses contra as crescentes ondas de violência contra as mulheres no país, precisamente no contexto da pandemia provocada pela covid-19. Na ocasião, o governo decretou o isolamento social, o que potencializou as situações de abusos e violências domésticas. As feministas decidiram então fazer fotos que simbolizam a violência física contra as mulheres e seguiram com postagens nas redes sociais, reportando os seus efeitos, intervindo em todo o território nacional: que engloba o setor autónomo de Bissau e as 8 regiões.

Dentre as principais pautas do movimento inscrevem-se, além do combate à violência contra as mulheres, a afirmação de seus direitos à educação e a melhores oportunidades na política e nas carreiras profissionais. A repercussão do movimento foi considerável, em nível nacional e internacional, sobretudo nas mídias sociais: através das postagens e entrevistas na televisão, tendo sido reconhecido na cerimônia de gala da página *nô sta djunto*. O movimento

mindjer ika tambur agora trabalha em parceria com músicos da nova geração guineense, na sensibilização de letras de música e canções como parte da ação educativa para a igualdade da cidadania entre homens e mulheres.

Ainda nessa inquietação de compreender a construção e a manutenção do poder masculino, percebe-se que para comprovar a sua masculinidade a maioria dos homens segue crendo que “homem é o que tem coragem”, que “homem é ciumento”, “é egoísta, ambicioso”, “gosta de se exibir, de exibir muitas mulheres” (ROQUE, 2011, p. 34). A autora mostra que esses estereótipos exigem a valentia do *matchu*, reforçando a dominação sobre as mulheres.

No cenário político vê-se, infelizmente, que os poderes estão cada vez mais distantes da promoção da equidade de gênero, tomemos como exemplo “os critérios usados para a composição das listas dos candidatos ao cargo de deputado, que não tomam nem observam a componente de equilíbrio de gênero, mas sim outros critérios, nomeadamente o poder económico e a influência na zona” (MINDJER, 2018, p. 63).

Essas são características de uma conjuntura que segue indefinidamente a favorecer os homens, porque são eles os detentores do capital financeiro e simbólico (que interessa às coligações partidárias e aos grandes projetos de poder). Sendo assim, é necessário que haja a luta de todas e todos, para que possamos seguir novos caminhos para a liberdade e a partilha dos mesmos direitos de cidadania, sem mais injustiças e desigualdades estabelecidas em distinções de gênero e/ou orientação sexual. Para tanto, é preciso um engajamento dos homens, precisamente nos reconhecimentos de que suas identidades reproduzem dominações e privilégios na sociedade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O nosso trabalho se caracteriza por ser uma pesquisa bibliográfica, relacionando a análise do tema masculinidades na construção do poder: o caso dos homens guineenses da UNILAB-CE e das desigualdades de gênero, como objeto de pesquisa mediante a revisão de livros, artigos, dissertações e alguns documentos (acima citados), os quais nos orientaram na fundamentação dos argumentos durante o processo de construção desse trabalho. A base para a investigação da hipótese se dá, contudo, na abordagem qualitativa: sobre a compreensão de aspectos da masculinidade de jovens homens guineenses estudantes da UNILAB. Segundo GIL, “o levantamento bibliográfico preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo” (GIL, 2002, p.61). Isso se dá em demanda da compreensão quanto ao objeto da

pesquisa, de modo a se trabalhar com rigor científico e assertividade teórica. Já a abordagem qualitativa se dá de modo a classificar, interpretar e contextualizar os dados obtidos das entrevistas com os interlocutores.

Quanto às técnicas, escolhemos a entrevista como “estratégia para a realização de levantamentos, na qual devem ser considerar duas etapas fundamentais: a especificação dos dados que se pretendem obter e a escolha e formulação das perguntas” (GIL, 2002, p.117). As questões para os estudantes guineenses foram elaboradas de acordo com os objetivos geral e específicos, e pretendem investigar a incidência do poder masculino em seus projetos e perspectivas de sociabilidade. Dessa forma, a dinâmica se baseia na elaboração de perguntas abertas, sem debates prévios sobre o assunto, para os entrevistados: de modo a que se sintam livres em dar respostas sem nenhuma obrigação ou direcionamento. Feito isso, pretende-se analisar as respostas para “estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos” (GIL,2002, p.125) e, depois, apresentar o que foi obtido na forma contextual da análise, no itinerário às impressões e considerações conclusivas acerca do estudo.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Conforme dito, o trabalho foi elaborado com base na abordagem qualitativa, com o propósito de compreendermos como se constitui e se representa o poder masculino entre os jovens homens guineenses, discentes da UNILAB-CE. No primeiro tópico, em que discutimos a tradicional construção do poder masculino em Guiné-Bissau (herdeira da colonialidade e da dominação patriarcal branca), pretendemos apreciar a dinâmica de alguns códigos de controle - que facilitam ou promovem a permanência dos homens nos lugares de poder, marcando a divisão dos papéis sociais de gênero, segundo os quais à menina e ao menino guineenses já lhes são delimitados praticamente todos os seus papéis e possibilidades desde a base familiar. De acordo com essa análise, reparamos o quanto os homens guineenses ainda são privilegiados: quanto ao acesso de oportunidades e de privilégios nos espaços públicos e privados (casa), ao passo que à maioria das mulheres ainda seguem sendo atribuídos, como um dever quase natural, os trabalhos domésticos e os cuidados com os filhos.

No segundo tópico, que trata da localização da discussão teórico-conceitual sobre gênero, constatamos que a percepção em torno da masculinidade tem mudado nos últimos anos entre a maioria dos jovens homens guineenses (que é o perfil majoritário de estudantes que ingressam na UNILAB). Percebemos, então, que a despeito das múltiplas diferenças quanto às abordagens de gênero no Brasil e na Guiné-Bissau, muitos estudantes hoje

compreendem a importância política da equidade de direitos entre homens e mulheres, como condição para se ter uma sociedade mais justa e democrática.

Na evidência disso, realizamos entrevistas semiestruturadas com três interlocutores, jovens estudantes guineenses de graduação na UNILAB;

O Entrevistado 1 nos diz: Na verdade, temos dois fatores que eu posso dizer no caso da escola, em termos da escola portuguesa: muitas das vezes as meninas estão atrás, estão atrás na minha família, só a partir desses últimos tempos que as minhas irmãs estão a ter oportunidade de avançar no ensino da escola, nesse caso passando para o sexto ano (que antes não tinha na nossa tabanca). Um exemplo é o da minha irmã, que acabou de entrar em Bissau para cursar o sétimo ano.

De fato, persistia e ainda persiste esse impedimento quanto à continuidade das meninas guineenses na escola. A prioridade é para os meninos, ainda mais em tabancas distantes da praça. É o que podemos observar na primeira parte do segundo tópico desse trabalho, que mostra que a identidade masculina é construída com base em um homem que está empregado, que é chefe de família e que teve a oportunidade de desenvolver ou de se formar em um ofício.

O Entrevistado 2 nos diz: a gente tem sim construído essas relações de identidade masculina em um padrão mais vertical. Por que é vertical? Porque existe uma hierarquia em termo de voz de comando, quem comanda as decisões são os homens. Essas são as experiências tradicionais que eu tive. Estou ainda nessa desconstrução do olhar mais patriarcal, segundo o qual a sociedade guineense se constitui. Ainda não é fácil dizer que homens e mulheres têm os mesmos direitos.

No entanto, o avanço social guineense depende da desconstrução das desigualdades, injustiças e privilégios decorrentes desse sistema patriarcal, o que implica em repensar a situação das mulheres, porque vimos que os maiores obstáculos à efetivação de sua cidadania estão ligados ainda a alguns estereótipos de inferioridade e subserviência atribuídos a elas. Para tanto, vimos que a formação acadêmica é fundamental na promoção dessa igualdade política de gênero: para a emancipação das mulheres e a sua independência financeira (porque várias mulheres submetem-se aos seus maridos apenas por critérios de dependência e necessidade econômica).

De acordo com o entrevistado 1: Se o homem possui emprego e a mulher também, mesmo se casados, haveria maior respeito, porque o fator econômico desempenha o papel primordial na dominação do homem sobre a mulher. Nesse caso, posso dizer, quando cada qual é independente, possui autonomia financeira, sempre haverá maior respeito.

De acordo com o entrevistado 3: o homem guineense tem, até certo ponto, esse mesmo papel daquele homem criado no ocidente. Eu me lembro, quando eu era criança, fomos ensinados a escrever a palavra "humanidade" como "homem", com H maior né? [...] por exemplo, na etnia *Pepel* o homem é responsável pela família, entretanto perde o poder de decidir em certos aspetos que dizem respeito à própria família, sobretudo questões, digamos, hereditárias da parte da mãe. Sei que isso é dessa forma porque antigamente as mulheres mandavam mais do que hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da nossa pesquisa, percebemos que as questões relacionadas às desigualdades de gênero na sociedade guineense começam com a educação familiar. Desde muito cedo, as tarefas e responsabilidades são divididas por sexo: sendo as meninas submetidas aos trabalhos domésticos e os meninos orientados a estudar e participar das decisões da casa e da família perante a sociedade.

Ante as consequências disso, compreender como essas e outras circunstâncias de desigualdade de gênero formam as condições para o exercício da cidadania deveria merecer a preocupação de todos: tanto da sociedade civil quanto das políticas públicas e institucionais, notadamente no campo da educação.

O que se verifica, contudo, é que - ao invés da sociedade e das instituições guineenses combaterem as estruturais desigualdades sociais e de gênero -, na prática, acabam privilegiando e reproduzindo as dinâmicas de injustiça e desigualdade: endossando a tradicional dominação e superioridade masculina sobre as mulheres (geralmente percebidas e tratadas como cidadãs de segunda categoria, a serviço - em praticamente todas as situações - à manutenção dos interesses e privilégios dos homens).

No âmbito da comunidade de discentes guineenses da UNILAB, também percebemos os reflexos dessa conjunção de uma tradicional dominação masculina em nossas relações cotidianas. É muito mais difícil para as meninas do que para os meninos acessar a formação aqui no Brasil e permanecer em Redenção e Acarape, em condições similares às deles, a fim de - maneira bem sucedida - obter a sua formação.

Muitos pais têm medo de deixar suas filhas estudar fora do país, porque acreditam na fragilidade do sexo feminino, ainda julgam que elas continuam a precisar da proteção do pai, irmãos e outras figuras masculinas, enquanto para os meninos isso não é muito preocupante. Então é mais fácil para os rapazes saírem de Guiné-Bissau para estudar no Brasil. Esse

certamente é um dos fatores que influenciam quanto ao dado do menor número de meninas do que o de meninos guineenses na UNILAB. Mesmo aquelas que conseguiram driblar as barreiras encontram dificuldades no campo acadêmico da UNILAB-CE: tanto pelo machismo dos meninos guineenses quanto pelo machismo, o racismo e a xenofobia dos brasileiros.

Dentre as causas e motivos dessas maiores dificuldades, destacamos a maternidade: que é um grande desafio para as mães guineenses discentes na UNILAB-CE, porque é uma questão socialmente associada como responsabilidade das mulheres e isso fez com que os filhos(as) passem maior parte do tempo com as mães. O apoio dos pais deixa muitas vezes a desejar e o apoio da instituição e do poder público local é praticamente inexistente. Vemos a resiliência no cotidiano dessas mulheres mães, guineenses, estudantes da UNILAB e residentes em Acarape/Redenção: elas não desistem dos seus estudos mesmo com a enorme sobrecarga de trabalho que lhes exige o cuidado com os/as filhos/as, e conseguem cumprir com as tarefas acadêmicas.

Diante disso, enfatizamos a necessidade da criação de políticas públicas, no sentido de eficientemente apoiar e assegurar condições mais equânimes: ao acesso e à permanência das guineenses na educação (aqui na diáspora e no nosso país), principalmente para aquelas que são oriundas de realidades de maior vulnerabilidade do ponto de vista econômico. Essa seria uma forma de, (in)diretamente, fazer com que mais alunas guineenses ingressassem na UNILAB.

Por outro lado, também necessitamos de políticas curriculares e de ensino - em todos os níveis e modalidades educacionais (inclusive na UNILAB) - as quais promovam a igualdade e o combate às injustiças e violências de gênero, como forma de cumprir legitimamente com os preceitos democráticos de uma cidadania verdadeiramente livre, plena e equânime para todas/os as/os guineenses.

Por fim, a melhoria de nossa sociedade e a redução de suas desigualdades têm de ser pensadas, sobretudo, com base na realidade local, de acordo com os diálogos propostos também pelas mulheres, lideranças, intelectuais e autoras guineenses: que problematizam o gênero no contexto africano, e que pesquisam as matrilinearidades e protagonismos femininos em diversos contextos culturais endógenos. As suas vozes e temas de pesquisa e investigação social também não podem mais seguir sendo invisibilizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE NGOZI, Chimamanda. **Sejamos todos feministas**, Companhia Das Letras. Disponível:

<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/7771/material/LIVRO%20Sejamos-Todos-Feministas.pdf>

ALMEIDA DUARTE, Aldesia de Jessus Mendes. **Direitos das mulheres e políticas públicas em Cabo-Verde (1991-2011)**, Análise a partir do plano nacional de igualdade e equidade de gênero, Coimbra, Outubro de 2012. Disponível: https://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/299/1/ADELSIA_DUARTE.pdf

BATICÃ, Hélder Duarte. **Manual de igualdade equidade de gênero, programa de formação avançada para ANEs, UE-PAANE** – Programa de Apoio aos Atores Não Estatais “Nô Pintcha Pa Dizinvovimentu” novembro 2015. Disponível: <https://vibdoc.com/manual-de-igualdade-equidade-de-genero-ue-paane-5f0c3d647dfcb.html>

CÁ, Ocuni Lourenço. **A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado**. EdUFMT, 2008.

DA COSTA, Milania; **Ser mãe na Unilab/ce: uma análise da percepção das mães guineenses (2018-2020)**. REDENÇÃO-CE 2021.

DOVE, Nah; **Mulherisma Africana, uma teoria Afrocêntrica**, JORNAL DE ESTUDOS NEGROS, Vol. 28, Nº 5, Maio de 1998 515-539. Disponível: <https://pt.scribd.com/document/532201530/Mulherisma-Africana-Uma-Teoria-Afrocecc82ntrica-Nah-Dove>

FALA DI MINDJER. **Além da pressão social e das barreiras institucionais: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau**. Patrocinado pela Iniciativa de Promoção do Gênero do Fundo para a Consolidação da Paz das Nações Unidas, março de 2018. Disponível: https://www.interpeace.org/wp-content/uploads/2018/03/2018-Guinea-Bissau_Fala_di_Mindjer-Web-v10.pdf

GIL, Antonio Carlos, **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**; São Paulo EDITORA ATLAS S.A. 2002. Disponível: <https://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20-%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf>

GODINHO GOMES, Patrícia. **A mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes**. *Africa Development*, Volume XLI, No. 3, 2016, pp. 71-95, © Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (ISSN: 0850-3907), 2017. Disponível: <https://www.jstor.org/stable/90013880>

GOMES, Bruno. **Movimento estudantis em Guiné -Bissau em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos(as)**; Alfenas-MG,2021. Disponível: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/bitstream/tede/1791/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Bruno%20Gomes.pdf>

HILL COLLINS, Patrícia. **O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso;** cadernos pagu (51), 2017:e175118 ISSN 1809-4449. Disponível:<https://www.scielo.br/j/cpa/a/P3Hpz4XQsPqSqJLm9KH6tC/?format=pdf&lang=pt>.

MANFRINI, **Daniele Beatriz. Famílias chefiadas por mulheres e demandas de políticas públicas.** Acadêmica de Serviço Social / UFSC – 5a fase (2003.1) - Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, **2002/2003** - Integrante do Programa Especial de Treinamento – PET/SSO. Disponível: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1805.pdf>

NADER, Maria Beatriz. CAMINOTI Jacqueline Medeiros; **Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica;** Anais de XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas. ISBN: 978-86-65957-03-8. Disponível: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400262820_ARQUIVO_Generoe poderaconstrucaodamasculinidadeeexerciciododermasculinonaesferadomestica.pdf

OYËWUMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.** Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004. Disponível:https://filosofiaafricana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_conceitualizando_o_g%C3%AAnero_o_os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf

REPÚBLICA DA GUINÉ – BISSAU. **Assembleia Nacional Popular: Constituição da República.** Bissau 1996- Disponível: https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf.

ROQUE, Sílvia. **Um retrato da violência contra mulheres na Guiné-Bissau.** Versão de 8 de junho de 2011. Disponível:<https://www.google.com/search?q=ROQUE%2C+S%C3%ADlvia%3B+Um+retrato+da+viol%C3%AAncia+contra+mulheres+na+Guin%C3%A9-Bissau%2C+Vers%C3%A3o+de+8+de+junho+de+2011.&aqs=chrome..69i57.2087j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

SANCA, Ilda. **A inserção das mulheres no mercado do trabalho na Guiné-Bissau.** Porto Alegre, dezembro, 2014. Disponível:<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117299/000966648.pdf?sequence=1>

VIEIRA TÉ, Ginelsa Nelson. **Lugar da mulher é onde ela quiser: participação das mulheres na política em perspectiva comparada Guiné-Bissau e Cabo- Verde (1991-2018).** Acarape – CE, 2018.